

## Diáspora africana, escravidão e Educação Infantil

Ana Libania Alves Rodrigues  
Flavio Pereira de Jesus  
Márcia Regina Santana Pereira

154

**Resumo:** Na prática educativa, são necessárias ações que promovam a igualdade étnico-racial desde a idade pré-escolar. A Educação Infantil é um espaço coletivo altamente propício para a eliminação de atitudes racistas e preconceituosas de maneira geral. Nesse cenário, são fundamentais atitudes do professor que favoreçam a criação de uma identidade étnico-racial. Este artigo consigna o relato de uma experiência educativa com estudantes de Pré-Escola Nível 2 desenvolvida em uma escola da rede privada em São Mateus (ES) que destaca a história africana e suas relações com o Brasil, dentro da programação da Feira Literária da escola. Concluiu-se que, mesmo sendo um tema sensível, a relação histórica entre Brasil e África e suas implicações deve ser tratada desde o início da vida escolar, representando uma grande oportunidade de atuar na formação de cidadãos que, cada vez mais, possam aprender respeito e outros valores importantes para a vida em sociedade.

**Palavras-chave:** História da África. Diáspora. Diversidade Cultural.

### African diaspora, slavery and early childhood education

**Abstract:** In educational practice, actions are required to promote ethnic-racial equality from the pre-school age. School education is a collective space highly conducive to the elimination of racist and prejudiced attitudes in general. In this scenario, teacher attitudes that favor the creation of an ethnic-racial identity are fundamental. This article presents the report of an educational experience with pre-school level 2 students, developed in a private school in São Mateus (ES) that highlights African history and its relations with Brazil, within the program of the School Literary Fair. It was concluded that, even though it is a sensitive topic, the historical relationship between Brazil and Africa and its implications could be addressed from the beginning of school life, representing a great opportunity to educate citizens who, increasingly, can learn respect and other values important for life in society.

**Keywords:** African History. Diaspora. Cultural Diversity.

### Introdução

*“A criança é capaz de fazer  
mais do que ela pode  
compreender”.*

*Lev Semenovich Vygotsky, 2007, p.67*

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, no inciso XLII, define que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Embora essa legislação seja de 1988, pode-se considerar também outro documento como marco legal, político



e pedagógico para a valorização e reconhecimento da diversidade e da riqueza cultural que as influências africanas trouxeram na formação do nosso povo: a Lei 10.639/2003.

Sancionada em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a norma alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei 9.394/1996). Posteriormente foi regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004, do Conselho Nacional de Educação, que emanaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse conjunto tornou obrigatório o ensino de História Afro-brasileira e Africana nas escolas de educação básica, tanto públicas quanto privadas.

Embora a Educação Infantil não estivesse contemplada no texto original da Lei 10.639/2003, mesmo sendo a etapa inicial da educação básica, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 introduzem esta etapa na obrigatoriedade, além das posteriores orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil indicarem o mesmo. Somente em 2009 o Ministério da Educação estabeleceu o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/2003, que trazia detalhes para a sua implantação nos sistemas de ensino.

Não obstante, é sabido que somente os documentos legais não dão conta de suprir a exigência emanada de grupos que, historicamente, são relegados ao descaso, à exclusão e ao caminho da desigualdade. Sem ação, sobretudo nos espaços coletivos de educação, a legislação não passaria de 'letra morta'. São necessárias práticas que promovam a igualdade étnico-racial desde a idade pré-escolar. Esse espaço coletivo, que é a Educação Infantil, é propício para a eliminação de atitudes racistas e preconceituosas de maneira geral, como de credo, gênero e outros. São fundamentais atitudes do professor que favoreçam a criação de uma identidade étnico-racial.

Este texto consigna o relato de uma experiência educativa que traz destaque para a história africana e suas relações com a história do Brasil. Compreendendo que muitas histórias foram silenciadas, propositalmente esquecidas ou omitidas, o desafio é posto ao educador uma vez que há, ainda,



muito o que se explorar acerca da História Africana e Afro-brasileira, sobre como as diferentes etnias daquele continente recriam suas culturas pelo Planeta, sem desprezar que essas etnias hoje estão espalhadas pelo globo, em grande parte, por questões comerciais, pelos movimentos de imigração espontânea ou, para não obliterar, pelo tráfico de escravos.

As atividades deste relato foram realizadas com 17 estudantes de Pré-Escola Nível 2 nos meses de março e abril de 2018 em uma escola da rede privada no Município de São Mateus (ES). Anualmente, a escola realiza a Feira Literária, que em 2018 teve como tema Cultura indígena e africana: passado e presente. Dentro da programação da Feira, desenvolvemos ações com os pequenos estudantes com os objetivos de apresentar histórias em diferentes gêneros textuais, como contos, lendas, relato de experiência, ou outros tipos de narrativa; trocar opiniões e sugestões sobre o tema; expor ao grupo a opinião e conhecimentos adquiridos com as descobertas e interações; além de estabelecer comparações entre povos, reforçando o respeito às diferenças e a valorização das diversas produções.

A experiência serviu para abordar, junto aos estudantes, temas como a diáspora africana, literatura infantil, leitura e escrita, respeito à diversidade cultural, racial, religiosa, entre outras, cartografia, localização dos continentes no mapa e a história do negro no Município de São Mateus.

### **Aprendizado e desenvolvimento**

O bielorrusso Lev Vygotsky, embora tenha morrido com pouca idade, deixou uma vasta obra que traz relevantes implicações na prática pedagógica. A sua contribuição para a Educação Infantil é de extrema importância, sobretudo porque sua teoria traz a possibilidade de clarear diversos tópicos que relacionam, com grande propriedade, aprendizagem e desenvolvimento.

Vygotsky (2007) destaca que não é o nível de desenvolvimento do indivíduo que é determinante naquilo que se vai aprender, mas sim o que o processo de ensino e aprendizagem pode possibilitar. A partir dessa abordagem, pode-se atribuir um papel muito importante à intervenção do docente e do grupo como mediadores entre a cultura e o indivíduo.



A origem social dos processos mentais humanos e o papel da linguagem e da cultura como mediadora na construção e na interpretação dos significados constituem o cerne da teoria de Vygotsky. Com sua teoria, também chamada de Histórico-Cultural, propõe que a aquisição do conhecimento começa sempre sendo interpessoal para, posteriormente, tornar-se intrapessoal. Para ele, todas as funções aparecem primeiro entre as pessoas e depois no interior da criança, como acontece com a formação de conceitos, por exemplo. Todas as funções superiores se originam como relações entre seres humanos (JESUS, 2018).

Este trabalho aborda uma experiência educativa que destaca relações de dominação e outros temas sensíveis, como racismo. Embora a obra de Vygotsky não trate especificamente destes temas, ao apresentar seu conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, o autor reconhece que o aprendizado da criança se inicia bem antes dela entrar na escola; qualquer situação de aprendizado que a criança se depara na escola tem uma história prévia (2007).

De fato, por acaso é de se duvidar [...] que, através da formulação de perguntas e respostas, a criança adquire várias informações; ou que, através da imitação dos adultos e através da instrução recebida de como agir, a criança desenvolve um repositório completo de habilidades? (VYGOTSKY, 2007, p.57).

De acordo com Vygotsky (2007), os significados provêm do meio social externo, mas devem ser assimilados ou internalizados por cada criança. Os pequenos podem imitar ações que vão além de suas capacidades de compreensão. A cultura é aspecto fundamental nesse processo de aprendizagem. Sendo assim, “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas” (2007, p.61).

Essa importância dada por Vygotsky à imitação, ao fato de como a cultura determina os comportamentos do indivíduo, deve ser levada em conta pelo professor. Desde bem cedo, é necessário que, por meio de ações afirmativas, como consigna um velho adágio da Língua Portuguesa, ‘educando pelo exemplo’, o professor crie situações que, mesmo ainda sem a criança compreender a dimensão de temas sensíveis, como o racismo e a discriminação, seja evidenciada a intenção de mitigar os efeitos de um quadro



que, historicamente, sujeita determinadas populações a conviver em condições de exclusão.

O professor deve proporcionar oportunidades reais para que, de fato, ocorram avanços no aprendizado. Os planejamentos precisam levar em conta que as pessoas são diferentes quanto aos seus recursos de linguagem e, portanto, quanto as suas estratégias de pensamento e de aprendizagem (JESUS 2, 2018, p.43).

### **Diáspora africana e eurocentrismo**

O termo diáspora somente aparece nos trabalhos sobre política e cultura negra após a Segunda Guerra Mundial. Tem sido adotado para roborar os pontos comuns entre os grupos de ascendência africana dispersos pelo Planeta (EDWARDS, 2017). Diáspora tem sido utilizada ainda para denotar os modos como esses grupos são “fraturados em nação, classe, gênero, sexualidade e língua” (p.68), além de apontar para um passado complexo de migrações forçadas e de racialização.

A abordagem no ensino de História, por muito tempo, trouxe o foco direcionado ao eurocentrismo (FLORES, 2007). Mesmo a pesquisa histórica, inobstante a multiplicidade de temas e abordagens nas duas últimas décadas, não conseguiu “estimular a alteridade curricular e mudar uma cultura acadêmica e escolar na qual a África e o africanismo aparecem apenas nos contextos da escravidão e da expansão do capitalismo” (p.66).

Embora existam diversas formas de caracterizar o eurocentrismo, muitos autores que abordam esta questão na atualidade exprimem que deve ser percebido como uma ideologia, paradigma e, ou, discurso (BARBOSA, 2008).

Para todos, entretanto, o eurocentrismo deve ser entendido como uma forma de etnocentrismo singular, qualitativamente diferente de outras formas históricas. Isso porque ele é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo (BARBOSA, 2008, p.47).

Conforme constata Flores (2007), o Continente Africano ainda recebe um “naco de parágrafos na historiografia da educação básica” (p.66), apontando que essa inserção na literatura didática escolar ocorre, sobretudo, devida às lutas pela independência de países africanos, mesmo assim num



aspecto periférico à Guerra Fria. “Esta cultura escolar viria a ser enfrentada somente depois da Constituição de 1988, que tornou possível a criminalização do racismo no Brasil” (p.66).

Na análise de Gomes (2012), a raça é ressignificada pelos sujeitos em suas experiências sociais. No caso específico do Brasil, isso ocorre de maneira afirmativa. A ideia de raça é abordada não sob o aspecto conservador, mas como potência de emancipação, evidenciando como atua na construção das identidades étnico-raciais:

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (GOMES, 2012, p.730).

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), dentro do Ministério da Educação. “Com avanços, limites e tensões, a reivindicação histórica de articulação entre direito à educação e diversidade [...] ganha visibilidade na estrutura organizacional deste Ministério” (GOMES, 2012, p.739). Anteriormente, em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas de educação básica.

Certamente que institucionalizar este debate não acaba com a lei na escola. No entanto, colabora com a “construção da negritude e avança sobre os referenciais curriculares da etnicidade na história que se afirma no tempo presente como diversidade cultural” (FLORES, 2007, p.67). O autor explica que, com isso, o Continente Africano começa a fazer parte do currículo de uma maneira bem comum:

Os africanos vendem escravos e os portugueses viajam para comprá-los. O mundo atlântico faz o resto: capitalismo, escravidão, tráfico de gente, Brasil [...] até que enfim, uma



“doce escravatura”, terminada pela generosa mão de uma não menos encantadora e alva princesa. Aqui, o teor africanista sai da cena da história: fim da escravidão, proclame-se então o branqueamento. A República, velha ou nova, não tratará dos negros (FLORES, 2007, p.68).

Mais do que criminalizar o racismo, a Carta Magna de 1988 gerou elementos para reconsiderações curriculares que tardaram a chegar ao universo escolar (FLORES, 2007). Assim, para o autor, surge uma nova representação da África na concepção da nacionalidade brasileira. Ele recorda ainda que a LDB trouxe linhas pluriétnicas, determinando que o ensino levasse em conta a contribuição de diferentes culturas e etnias, em especial as matrizes indígena, africana e europeia, para a formação da população brasileira (2007).

Flores (2007) prossegue destacando que pluralidade cultural é a valorização da sociedade plural, não devendo ser confundida com a diversidade.

Depois, estabelece-se a crítica à interpretação do Brasil pela homogeneidade cultural e ao mito da democracia racial, uma vez que essas interpretações conduziram a atitudes de dissimulação do quadro de todo existente: um racismo difuso, porém efetivo, com repercussões diretas na vida cotidiana da população discriminada (FLORES, 2007, p.75).

### **Percurso formativo com as crianças da Educação Infantil**

*“Os saberes da criança sobre o sentido de ser negro ou branco na sociedade brasileira têm origem na família, na educação informal, no ambiente de vida, na experiência com os pares, nas músicas que ouve, nas revistas e propagandas que vê, nas piadas que escuta, nos gestos que identifica, enfim na sua convivência social em diferentes âmbitos e por diferentes meios de linguagem. Assim, a aprendizagem sobre ser negro e ser branco ocorre de diferentes formas para cada criança e começa bem antes da entrada da criança na escola”.*  
Lucimar Rosa Dias, 2012, p.668-669

A epígrafe acima retrata situações que costumam não ser singulares para educadores. A formação docente deve ser capaz de alcançar metodologias que proporcionem ao professor a oportunidade de profunda



reflexão, seja a análise crítica da própria prática, com estímulo à atitude reflexiva sobre os acontecimentos do cotidiano na escola e embasando com conhecimentos essenciais para intervir na realidade concreta da instituição:

Sendo para isso necessário que ele reconheça o racismo institucional e estrutural da sociedade brasileira, rompendo com a ideologia do mito, o que pesquisas têm constatado que não é tarefa fácil, porque pede a quebra de paradigmas fortemente constituídos na sociedade brasileira (DIAS, 2002, p.672).

A autora ressalta, como ponto negativo, a falta de investimentos por parte dos gestores, a incessante troca de quem está à frente dessas iniciativas nas secretarias, além da descontinuidade de espaços institucionais para o prosseguimento das práticas iniciadas nos processos de formação (DIAS, 2002).

Mesmo com os obstáculos que são postos à atividade do professor, ainda é possível observar experiências exitosas na educação pública ou privada. A criatividade, neste cenário, reveste-se de grande importância. Buscando sempre atrair e manter a atenção dos pequenos durante toda a preparação para a Feira Literária e garantir a aprendizagem com significado, optamos por desenvolver, durante esta experiência, leitura de história, pesquisa sobre o Continente Africano, elaboração de árvore genealógica, confecção de tabela, gráfico e bibliografia ilustrada, levantamento de curiosidades sobre a vida da autora do livro escolhido pela turma, confecção do mapa dos continentes e abordagem de temas como alto, baixo, gordo e magro.

Com a aproximação da Feira Literária, fomos à biblioteca da escola selecionar algumas publicações para abordarmos no projeto. Após a leitura de alguns livros, escolhemos a lenda do baobá, a árvore de ponta a cabeça (contida no livro Histórias encantadas africanas, de Ingrid Biesemeyer Bellinghausen) e A menina Rosa (de Rose Kern). Na sequência, fizemos uma votação entre as crianças para eleger o preferido. A menina Rosa venceu por 11 a 6. Após a escolha, a professora entrou em contato com a autora do livro para propor a parceria dela com informações para a produção de sua biografia ilustrada pelas crianças. As crianças mostraram-se muito animadas quando





souberam que a autora colocou-se à disposição para esclarecer as dúvidas dos pequenos.

O diálogo com a autora foi dado por meio de aplicativo de mensagens. As crianças fizeram várias perguntas que foram prontamente respondidas por ela. Com as informações reunidas, os estudantes produziram uma biografia ilustrada, em que as crianças puderam expressar sua criatividade. Paralelamente ao estudo da vida e obra da autora, ‘viajamos’ juntos com A menina Rosa ao Continente Africano. Com isso, conhecemos um pouco mais sobre os povos que vieram ao Brasil, inclusive com seus príncipes, reis, rainhas, princesas e guerreiros que foram escravizados, famílias que foram separadas, pessoas que vieram trancafiadas e traficadas em navios sem as mínimas condições humanas, ficando marginalizadas numa sociedade que não valoriza sua cultura, sua religião, nem seus direitos. Destacamos que muitos negros vieram para o Espírito Santo, em São Mateus, onde também foram vendidos como mercadoria.

Introduzimos o termo diáspora, após reflexões e discussões sobre a vida do negro no Brasil, além de ponderarmos sobre alteridade. Esclarecemos que, além dos indígenas que já viviam no Brasil, pessoas que vieram escravizadas, ou vindas pela promessa de melhores condições ajudaram a mesclar a formação do nosso povo, formando um país rico culturalmente. Aproveitamos para ressaltar que todo ser humano merece respeito, independentemente da cor da pele, religião, orientação sexual, preferências e outros itens.

Quase que inevitavelmente, após compreenderem um pouco mais sobre a mescla da formação do brasileiro, os estudantes ficaram curiosos por saberem das suas próprias origens. Começamos pela pesquisa do significado dos nomes (alguns já sabiam, enquanto outros recorreram aos pais para a pesquisa). Em seguida, fizemos uma árvore genealógica e entrevistamos os pais para descobrirmos mais sobre os antepassados. Descobrimos que a nação brasileira é formada por gente de diferentes origens: portugueses, italianos, africanos, índios, alemães, entre outros.

Por meio de conversa com familiares, as crianças tiveram acesso a relatos de tradições que atravessaram várias gerações até os dias de hoje.



Muitas histórias engraçadas e interessantes surgiram. Como muitas crianças de nossa sala de aula nasceram em outros estados, resolvemos estudar o mapa do Brasil. Vimos todos os estados, em especial o Espírito Santo, a capital Vitória e o nosso município, São Mateus, entre outras observações.

Já com uma noção de localização oferecida pelo mapa, alguns estudantes começaram a questionar como os escravos vieram parar aqui, uma vez que, pelo mapa, perceberam que o Continente Africano poderia estar muito distante. Então, para ilustrar, construímos um mapa com todos os continentes, observamos os oceanos que o cercam e pesquisamos curiosidades sobre a África, suas semelhanças e diferenças para o nosso continente.

Foi necessário elucidar que, devido a um intenso movimento de países europeus para colonização de países da África, o continente recebeu influências de várias culturas. Isso rendeu muitas curiosidades para as crianças. Elas ficaram sabendo, por exemplo, que em alguns países africanos falam-se até cinco idiomas. Traçamos um paralelo com o Brasil, que em alguns lugares parte da população local mantém a língua do seu país de origem como, por exemplo, Vila Pavão ou Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, onde algumas pessoas falam alemão e português.

Um mural foi confeccionado com todas as descobertas feitas sobre o Continente Africano. Dele, constavam informações que os pequenos haviam pesquisado na biblioteca da escola, como que a África é o segundo continente mais habitado do planeta; que é o terceiro maior continente; que é um continente que tem suas riquezas mal distribuídas, assim como no nosso país; que os diamantes mais valiosos do mundo provêm das minas da África do Sul; que, mesmo após anos do fim da escravatura, pessoas continuam sendo exploradas, uma vez que a África é conhecida como o continente do trabalho infantil; que mais de 40% das crianças de 5 a 14 anos estão envolvidas em trabalho nas áreas de minas, no campo e nos trabalhos domésticos; que lá fica o Egito, que na Antiguidade abrigou uma civilização extremamente avançada que viveu às margens do Rio Nilo; que tem vasta vida selvagem nas savanas e florestas equatoriais; que existem cerca de 45 espécies de primatas, incluindo os chimpanzés e gorilas; que são mais de 60 espécies de predadores



carnívoros, como os leões, chitas, leopardos, hienas, cães selvagens, raposas, chacais, entre outros.

Sempre que possível, relacionávamos com a realidade local, como a informação de que há países africanos em que o solo possui muitas impurezas e sofrem com problemas graves, como a escassez de água e de recursos naturais. Neste tópico, traçamos um paralelo com a situação que o Município de São Mateus atravessou em 2017, com a salinização da água distribuída à população. Várias famílias sofreram e sentiram de perto o drama de, muitas vezes, não terem água suficiente para suas necessidades básicas.

Embora na Educação Infantil não se enfoquem as notas dos estudantes, a avaliação é ponto fundamental ao se elaborarem atividades que privilegiam os aspectos sócio-históricos, interação entre os pares e, de maneira geral, a construção do conhecimento. O critério qualitativo reveste-se de fundamental importância na análise de uma prática deste tipo. Neste projeto, não foi diferente. A avaliação apontou para aspectos extremamente profícuos. Em cada atividade, as crianças participavam ativamente, principalmente na elaboração de materiais e nas intervenções, fazendo perguntas ou comentários que demonstravam, além de interesse pelo tema, a absorção dos conteúdos propostos.

### **Considerações finais**

É habitual notar que professores e professoras têm experiências a contar, seja na sua prática pedagógica ou mesmo fora da escola, que indicam já terem presenciado, ou ainda praticado, atitudes racistas. Infelizmente, esse racismo faz parte do dia a dia de muitos brasileiros, podendo ser constatado, inclusive, na nossa desigualdade de cada dia. Na contramão dessa constatação, deve estar a escola que eduque na diversidade, de modo que não reproduza atitudes de racismo e preconceitos, de maneira geral.

A infância é um período marcante em nossas vidas. Por essa razão, a atuação do professor e da professora de Educação Infantil em temas sensíveis, como o racismo e discriminação, tem fundamental importância na vida do indivíduo. Essa atuação é essencial na formação da personalidade dos futuros



adultos, de modo a estimular os pequenos, desde bem jovens, a promover atitudes de respeito às diferenças, sejam de ordem social, racial, de gênero, ou de qualquer outra ordem.

Na prática pedagógica, o profissional da Educação Infantil não deve suprimir temas que tratem da diversidade. É relevante trazer para o debate com as crianças histórias que foram esquecidas. Isso pode fazer com que o domínio cultural dos pequenos seja ampliado, possibilitando reconhecer a riqueza, o valor e, de maneira ampla, o tesouro que podem se configurar as experiências que transponham as suas experiências locais.

As crianças aprendem na convivência, tornando individual aquilo que é do grupo. Nesse processo, também podem aprender o racismo. Daí a necessidade de uma intervenção pedagógica firme, contudo sem apelo religioso, ou assistencialista, mas com direcionamento para atitudes de superação de práticas que desvalorizem o ser humano, quer seja pela condição social, de origem, de gênero, de crença, ou de qualquer outro tipo.

## Referências

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África**. Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, v.1, n.1, p.46-63, jun.2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03/2004**, de 10 de março de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2004**, de 17 de junho de 2004.



DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial:** saberes e fazeres nesse processo. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.17, n.51, p.661-674, set./dez.2012.

EDWARDS, Brent Hayes. **Os usos da diáspora.** Translatio, Porto Alegre, n.13, p.40-71, jun.2017.

FLORES, Elio Chaves. **Etnicidade e ensino de História:** a matriz cultural africana. Tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.65-81, jan./jun.2007.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e educação:** ressignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade - Revista de Ciências da Educação, Campinas, v.33, n.120, p.727-744, jul./set.2012.

JESUS, Flavio Pereira. **Mediação e desenvolvimento:** contribuições do Pibid no processo de ensino-aprendizagem. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente.** 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

### **Ana Libania Alves Rodrigues**

analibania@bol.com.br

Pedagoga. Graduada em Artes. Especialista em Educação Infantil, em Artes e em Educação de Jovens e Adultos. Professora de Educação Infantil.

### **Flavio Pereira de Jesus**

flavio2128@yahoo.com.br

Mestre em Ensino de Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Matemática. Graduado em Física, em Matemática e em Ciências Contábeis. Atualmente é professor na educação básica.

### **Márcia Regina Santana Pereira**

marcia.pereira@ufes.br

Doutora em História da Ciência das Técnicas e Epistemologia. Mestre em Ensino de Física. Licenciada em Física. Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo em São Mateus.

